

ViSiTBRASiL.COM



I CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO

DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E FISCAL

Busca-se com este evento inaugurar uma dinâmica de interlocução permanente em escala binacional, capaz de não somente dar a conhecer o funcionamento das instituições envolvidas, mas promover o aprendizado com a interlocução por meio de pesquisas desenvolvidas ou em curso no campo da Justiça Administrativa Fiscal, como também fomentar novas pesquisas jurídicas a respeito de temas que venham ganhando relevância no período recente, tanto no Brasil quanto em Portugal.



CEDIS
CENTRO DE I&D
SOBRE DIREITO E SOCIEDADE

**FACULDADE DE
DIREITO
UNIVERSIDADE
NOVA DE LISBOA**

Jurisnova
Associação da Faculdade de Direito da
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

**SUPREMO
TRIBUNAL
ADMINISTRATIVO**

**ESCOLA
DA AGU**
INSTITUTO DE ESTUDOS
ADMINISTRATIVOS

AGU
AGÊNCIA DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
JUSTIÇA

PROGRA- MAÇÃO

I Congresso Luso-brasileiro de Justiça Administrativa e Fiscal

Busca-se com este evento inaugurar uma dinâmica de interlocução permanente em escala binacional, capaz de não somente dar a conhecer o funcionamento das instituições envolvidas, mas promover o aprendizado com a interlocução por meio de pesquisas desenvolvidas ou em curso no campo da Justiça Administrativa Fiscal, como também fomentar novas pesquisas jurídicas a respeito de temas que venham ganhando relevância no período recente, tanto no Brasil quanto em Portugal.

A atual conjuntura do campo da Justiça Administrativa e Fiscal tem apresentado uma série de desafios e questionamentos aos profissionais e pesquisadores do Direito Administrativo, Financeiro e Tributário, decorrente dos impactos institucionais acarretados pelo processo de retomada do crescimento econômico do Estado brasileiro e do Estado português, somado à crescente autonomia jurídico-normativa e didático-científica, que se exprime tanto pelo denso corpus legislativo estruturado desde o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição da República Portuguesa de 1976, como pelo acúmulo de pesquisas científicas, que lhe tem proporcionado um conjunto amadurecido de princípios, conceitos e teorias. Esse panorama se reflete num processo de transformação que alcança também os projetos de ensino, pesquisa e extensão em cursos a serem iniciados, além da devida avaliação pelos representantes de instituições-chave, que têm entre suas atividades a atuação consultiva e contenciosa no âmbito estatal.

Diante desse cenário, o I Congresso Luso-brasileiro de Justiça Administrativa e Fiscal abordará temáticas diretamente relacionadas às questões relevantes e atuais do debate acadêmico-científico e institucional, envolvendo problemas de aspecto comum aos profissionais de ambas as nações, tais como a perspectiva comparada entre Brasil e Portugal sob o enfoque da Justiça Fiscal; o desafio de adequar os processos judiciais e a tecnologia da informação; assim como os aspectos relevantes da formação das carreiras jurídicas em Portugal e no Brasil.

Com a iniciativa ora empreendida, que somente se fez possível com o apoio das diversas entidades que colaboraram para a realização deste congresso, fortalecemos o intercâmbio acadêmico-científico entre a Escola da AGU e a Universidade Nova de Lisboa, além de aprofundar o conhecimento sobre a atuação e o papel institucional do Ministério da Justiça, do Ministério Público e do Supremo Tribunal Administrativo portugueses, estabelecendo relações institucionais que conduzam ao fortalecimento da troca de experiências entre as instituições e, conseqüentemente, entre Brasil e Portugal.

13/11 – segunda-feira

8h30 – 9h30 | Credenciamento dos participantes e recebimento dos palestrantes

9h30 – 11h | Mesa de abertura

Composição de mesa com autoridades luso-brasileiras:

Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça – Advogada-Geral da União;

Dr. Edson Faustino, Ministério das Relações Exteriores do Brasil;

Dra. Helena Mesquita Ribeiro – Secretária de Estado Adjunta e da Justiça;

Autoridade Governamental Portuguesa;

Juiz Conselheiro Dr. Vítor Gomes, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo

e do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia – Presidente do Conselho Científico da Nova Direito e Presidente do IDiLP;

Sr. Vinicius Lummertz – Presidente da Embratur

11h – 11h20 | Coffee break

11h20 – 13h | **Painel 1:** Justiça Administrativa – direitos fundamentais e processos de massa

Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça – Advogada-Geral da União;

Dra. Helena Mesquita Ribeiro – Secretária de Estado Adjunta e da Justiça;

Moderador: Dr. Carlos Carvalho, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo

13h – 15h | Almoço

15h – 16h30 | **Painel 2:** Governança e justiça administrativa na perspectiva luso-brasileira

Dr. Edson Faustino, Ministério das Relações Exteriores – Brasil;

Representante do Estado Português;

Moderador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

16h30 | Encerramento do primeiro dia

14/11 – terça-feira

9h30 – 11h | **Painel 3:** Justiça Fiscal: uma perspectiva comparada entre Brasil e Portugal

Dr. Leonardo de Andrade Rezende Alvim – Procurador-Geral da Fazenda Nacional Adjunto;

Alto-Representante da Fazenda Pública da Autoridade Tributária;

Moderadora: Dra. Dulce Neto, Juíza Conselheira do Supremo Tribunal Administrativo

11h – 11h20 | Coffee break

11h20 – 13h | **Painel 4:** Processos judiciais e a tecnologia da informação

Dr. Eduardo Fernandes de Oliveira – Procurador Federal,

Coordenador-Geral da Escola da Advocacia-Geral da União;

Dr. Hugo Nunes, Adjunto do Gabinete da Senhora Secretária de Estado da Justiça;

Moderador:

13h – 15h | Almoço

15h – 16h30 | **Painel 5:** Formação das carreiras jurídicas em Portugal e no Brasil

Dra. Chiara Ramos, Diretora da Escola da Advocacia Geral da União;

Juiz Conselheiro Dr. João Miguel, Diretor do Centro de Estudos Judiciários;

Moderador:

16h – 16h50 | **Considerações finais** – O congresso como marco de aproximação entre instituições brasileiras e portuguesas

Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça – Advogada-Geral da União;

Ministra Francisca Van Dunem – Ministra da Justiça de Portugal

16:50-18:00 | Encerramento do evento com apresentação musical luso-brasileira